

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Em favor do regime

Já em fase final de gestação nas áreas técnicas do governo, um novo conjunto de medidas econômicas deverá ser adotado para promover a desaceleração inflacionária. O plano de reajustamento posto em vigor a partir de 15 de janeiro, basicamente lastreado no congelamento de preços e salários, parece haver esgotado grande parte de seu potencial estabilizador. Com efeito, o incremento de preços poderá, já este mês, conforme sinalizam indicadores oficiais, escalar a casa dos dois dígitos e, nesse passo, reintroduzir a ameaça da hiperinflação.

A necessidade de sustentar altas taxas de juros, em um período conveniente, para manter os ativos financeiros fora do circuito da demanda, elevou os índices de iliquidez das contas oficiais, refletidos na expansão imoderada do déficit público — segundo estimativas governamentais é da ordem de cinco por cento do Produto Interno Bruto, mas outros setores calculam tal relação em torno de sete pontos. É obvio que o des controle no deve e haver da contabilidade estatal funciona como fator de maior repercussão na retomada da espiral inflacionária.

Se a dimensão interna dos problemas econômicos, alarma por suas proporções, com a agravante de encontrar-se o País dentro de uma conjuntura recessiva, na área externa as disfunções não são menos preocupantes. Ruíram as metas pactuadas com o Fundo Monetário Internacional para a reorganização econômica, a principal das

quais a redução do déficit público a dois por cento do PIB. Os gastos da máquina estatal, apesar de todo o esforço realizado em sentido contrário, contribuíram significativamente para neutralizar as ações oficiais no sentido de reequilibrar a contabilidade do Governo.

Por certo, na hora de expedir as novas medidas econômicas em cogitação, o Executivo repassará todo esse cenário de dificuldades para fazê-lo uma fonte de inspiração, com o propósito de ajustar tudo a um esquema orgânico e articulado. É indispensável ativar ao máximo os sensores sociais para evitar correções que, a exemplo da recente política de juros altos, produzam efeitos colaterais capazes de tornar inócuo o próprio objetivo central das medidas.

Sabe-se, desde logo, que a intenção das autoridades é conduzir o processo econômico sobre linhas cautelosas de desenvolvimento, até o alvorecer do dia 15 de novembro próximo, quando o povo será chamado às urnas para escolher um novo presidente da República. É uma travessia tormentosa, como ocorre em todo período eleitoral, agravada pela própria situação econômica. Urge, pois, adotar táticas de contenção para evitar disfunções incontrolláveis, a fim de que o calendário eleitoral se cumpra sem qualquer risco para as instituições democráticas. O propósito do Governo suscita a solidariedade nacional porque a execução do projeto institucional está acima de qualquer outro interesse.